

A INTERAÇÃO CONJUGAL E O USO DA VIOLÊNCIA EM FAMÍLIAS COM FILHOS PEQUENOS

Fernanda Vaz Hartmann¹

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo compreender as dinâmicas interacionais estabelecidas pelos casais na etapa do ciclo de vida de famílias com filhos pequenos e o uso da violência na relação conjugal, entendendo as dinâmicas interacionais dos casais a partir do equilíbrio da individualidade e conjugalidade e o uso da violência como reguladora de distância. Para tanto, foi realizado estudo de caso coletivo (Stake, 1994) com cinco casais, em que os pais se encontravam com mais de 20 anos e que tinham apenas um filho com idade entre 12 e 36 meses. Foi realizada análise do conteúdo das falas e análise da interação dos casais. A análise dos dados revelou que os casais tinham uma interação com o predomínio da dimensão de individualidade e que a violência surge como reguladora de distância para conquistar mais intimidade entre os cônjuges quando o casal perde o controle das emoções.

Palavras-chave: Interação conjugal – violência - família com filhos pequenos

¹Mestre em Psicologia do Desenvolvimento - Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha - CESUCA.
e-mail: fvhartmann@terra.com.br

ABSTRACT

The present study aimed to compare the interactional dynamics of couples during the life-cycle phase of families with young children, as well as the use of violence in the marital relationship. The interactional dynamics was understood in terms of the balance between individuality and conjugality and the use of violence as distance regulator. A collective case study was carried out, with five couples, in which parents were older than 20 years and had only one child aged 12 to 36 months. A content analysis was carried out, as well as an interaction analysis. The analysis revealed that couples had an interaction in which the dimension of individuality predominated and the violence emerges as a distance regulator in order to achieve greater intimacy between the partners, when the couple loses the control over the emotions.

Keywords: Couple interaction - violence - families with young children

INTRODUÇÃO

A família tem sido um dos muitos contextos sociais que registram maiores índices de violência. As formas de violência são variadas e apresentam-se com diferentes combinações: entre o casal, entre os pais e os filhos, entre os irmãos, com a família extensa. Entretanto, dados de pesquisa indicam que o maior índice de violência dentro da família está na relação conjugal (Grosman, Mesterman & Adamo, 1989).

No estudo de Schafer e Caetano (1998), fazendo uma tentativa de retratar a seriedade do problema da violência conjugal na sociedade americana, são referidos os dados obtidos pela The National Family Violence Surveys em estudos realizados em 1975, 1985 e 1992, que estimaram que, de cada seis casais americanos, um experimenta, pelo menos, um episódio de violência conjugal, e que de cada três mulheres, uma é agredida pelo seu companheiro. Em sua própria pesquisa, estes autores ampliam a amostra para casais que coabitam, além daqueles que oficializaram o matrimônio pelo

casamento; e obtêm resultados ainda mais alarmantes: mais de um em cinco casais nos EUA experimentaram pelo menos um episódio de violência conjugal.

Na realidade brasileira, a violência entre os casais também gera preocupação. Em pesquisa feita pelo Banco Mundial, constatou-se que a violência dentro da família causa perda de, aproximadamente, um ano de vida saudável e produtiva para uma de cada cinco mulheres de 15 a 44 anos (Brasil, 2002). Esta pesquisa informa também que 70% dos incidentes de violência contra a mulher ocorrem no lar, tendo como agressores os maridos e companheiros e 40% se caracterizam como lesões graves. Estudo mais recente (Miranda, De Paula & Bordin, 2010), detalham mais esta questão do tipo de lesão provocado pelos companheiros revelando que 38,7% necessitaram de cuidados médicos, 4,4% foram hospitalizadas; no trabalho que diz respeito ao trabalho, revelam que 18,1% ficaram incapacitadas para o trabalho (remunerado ou doméstico); e quanto ao impacto da violência na família, mostra que 51,5% das vítimas separaram-se devido às agressões e 66,7% tiveram filhos que testemunham a violência.

Em estudo realizado no Rio de Janeiro identificou que mais da metade das queixas das mulheres sobre violência conjugal ocorreu por lesão corporal (53%), sendo que o rosto é o lugar preferido para dar socos e provocar lesões, o restante configura ameaça e tentativa de homicídio (39%) e abuso psicológico (8%) por injúrias e difamações segundo (Lamoglia e Minayo, 2009).

Nos estudos de Garcia *et al.* (2008), em três serviços de atendimento à vítima de violência, a violência física aparece como preponderante e não houve alusão a violência psicológica. Entretanto, dados de estudo americano, revelam resultados preocupantes no que tange a violência psicológica: 74% dos homens e 75% das mulheres afirmaram utilizar, pelo menos uma vez por ano, violência psicológica contra o seu parceiro (Salari e Baldwin, 2002), o que nos faz pensar que estes índices não são captados na realidade

brasileira por provável despreparo dos serviços que recebem as vítimas, tendo em vista que a violência psicológica não possui materialidade e, desta forma, é difícil de ser identificada por terceiros (Alvin e Souza, 2005).

Segundo informações da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (2003), ocorreram 1904 óbitos no estado em decorrência de agressões físicas. Outro dado importante é do Comitê Estadual de Mortalidade Materna (2007) que detecta a violência doméstica como a segunda causa de morte materna indireta em todo o Estado do Rio Grande do Sul. O elevado número de pessoas atingidas em diferentes etapas da vida, com repercussões graves de saúde, faz com que a violência doméstica seja considerada uma questão de saúde pública (Brandão, 2006; Garcia *et al*, 2008).

Este retrato revela que a violência conjugal, assim como outras violências que ocorrem no ambiente familiar e que têm sido reportadas como violência doméstica, é um problema social (Lamoglia e Minayo, 2009) e de saúde pública, que necessita de maior compreensão e de estudos. Pesquisadores da área social têm respondido a esta necessidade e desenvolvido muitas pesquisas sobre violência conjugal.

A violência conjugal tem sido amplamente estudado como um aspecto relacional de gênero, em que o homem utiliza a violência como manifestação de poder em relação a mulher (Couto, Schraiber, D'Oliveira e Kiss, 2007; Guedes, Silva, Coelho, Silva & Freitas, 2007; Grossi, 2008; Lima, Buchele & Clímaco, 2008; Dias & Machado, 2008; Oliveira e Gomes, 2011). O comportamento violento também é tido como uma conduta aprendida socialmente, adquirida pelo baixo fluxo de concretas condições ambientais. Desta forma, determinado comportamento se instala pela percepção do mesmo comportamento em outras pessoas, pela observação ou imitação (Grosman, Mesterman & Adamo, 1989). Sob esta perspectiva, o comportamento violento se reproduziria geração pós-geração porque uma geração aprende com a anterior que esta é a maneira

de interagir e de se comunicar, ou seja, a violência é um fenômeno reacional que ocorre por transmissão intergeracional (Falcke, 2006; Mendlowicz e Figueira, 2007).

Outro aspecto que parece relevante assinalar é que as pesquisas que abordam a violência conjugal costumam compreender este fenômeno a partir do ponto de vista das mulheres, freqüentemente as vítimas na relação conjugal, evidenciando apenas uma face da questão (Rosen & cols., 2002; Dantas Berger e Giffin, 2005; Schraiber *et al*, 2005).

Desta forma, parecem ser mais raros os estudos que buscam uma compreensão do casal sobre o tema, ou seja, que investigam aquilo que é produzido na interação conjugal (Salari & Baldwin, 2002; Lawrence, 2002; Oliveira e Souza, 2006, Perrone e Nannini, 2007; Barreto *et al*, 2009; Falcke *et al*, 2009).

A intenção deste estudo é tentar compreender o fenômeno da violência conjugal em uma perspectiva interacional, ou seja, através do discurso e da interação do casal, partindo de uma compreensão relacional. Para fazermos esta leitura interacional, utilizaremos o pensamento sistêmico, que entende a violência como algo que surge a partir das relações e dos papéis estabelecidos na família, onde uma maneira de operar se instala e pode se manter através das gerações, ganhando uma dimensão de historicidade.

Partindo da concepção de que a família é o berço social e psíquico do indivíduo, onde padrões de comportamento se estabelecem e interferem no desenvolvimento, faz-se importante a compreensão de um fenômeno como a violência conjugal, mesmo porque o casal é tido como a base estruturante de uma família, responsável, portanto, pelos padrões transacionais que se instalam na família (Sager, 1980).

Além do aspecto que o casal é o eixo estruturante da família, existe o aspecto de desenvolvimento do indivíduo, pois é no relacionamento conjugal que se cria uma grande oportunidade para os indivíduos se enriquecerem e evoluírem. Trata-se do espaço oferecido para os adultos experimentarem a intimidade, o equilíbrio entre a

união e a separação, ou entre a proximidade e a distância (Whitaker, 1995). É na relação conjugal que se cria um novo espaço onde cada parceiro reedita as vivências de separação e união com as figuras parentais, com a expectativa de tornar a vida completa e os vazios preenchidos (Carneiro, 1994).

O casal só consegue se unir, sem ser tomado pela ilusão de se tornar completo, quando cada indivíduo possui um funcionamento autônomo, que se estabelece a partir do equilíbrio entre as dimensões de se conectar com outro e se separar para investir em seus aspectos individuais (Bowen, 1991). Caso contrário, as pessoas ficam aprisionadas em posições polaridades, resultado da reatividade emocional gerada na interação. A premissa central é que o apego emocional não resolvido na família deve ser resolvido, e não passivamente aceito ou reativamente rejeitado, antes de se poder diferenciar uma personalidade madura e saudável (Nichols & Schwartz, 1998).

Este processo, no entanto, não está sob o controle dos cônjuges, tendo em vista que está impregnado de conteúdo inconsciente que envolve um complexo arsenal de motivações ligadas a vivências emocionais muito íntimas e profundas. Misturam-se desejos de várias ordens, e quanto mais inconsciente o indivíduo estiver em relação a esses desejos, maior a possibilidade de a relação se estabelecer com base neles. O parceiro passa a ser o correspondente de uma imagem preexistente na psique, e desta forma pode ser tido como uma parte da personalidade do outro. Quanto mais o indivíduo tiver dificuldades de reconhecer o que constitui o seu mundo interno, maior será a possibilidade de ele buscar no outro os aspectos não reconhecidos dele mesmo (Carneiro, 1994).

Quando o indivíduo tem acesso e controle de seus desejos e emoções, ele consegue fazer uma distinção entre o sistema emocional e o sistema intelectual e eleger qual dos dois sistemas vai governar o seu comportamento, conseguindo funcionar

racionalmente nos seus relacionamentos, sem a inclusão de reatividade emocional que desperta caminhos involuntários (Bowen,1991).

Quando um relacionamento conjugal é calmo e com um equilíbrio favorável, o interjogo entre a individualidade e a conjugalidade ocorre facilmente. O ajustamento que uma pessoa faz à outra é súbito e automático, quase impossível de ser percebido (Kerr & Bowen, 1988). Estes casais comunicam-se com clareza (a comunicação é aberta e direta), conseguem respeitar a individualidade de cada membro, bem como preservar um espaço coletivo, conservando a idéia de grupo. Carneiro (1996) refere-se a esta capacidade como a habilidade de transitar com tranqüilidade pelas dimensões da individualidade e conjugalidade, possuindo regras flexíveis.

Quando o relacionamento se movimenta em direção a um desequilíbrio significativo, a pressão para se ajustar é muito intensa e facilmente observada. Nos momentos de alta ansiedade e sério desequilíbrio, as declarações da pessoa sobre uma situação mudam de um extremo ao outro (Kerr & Bowen, 1988). Os relacionamentos com alta ansiedade, geralmente se apresentam ou excessivamente ligados ou com pouco envolvimento. Nos casais que estabelecem uma interdependência, cada cônjuge passa a ser um derivado do sentimento de pertencer ao relacionamento. Isto quer dizer que somente porque estão no relacionamento é que se sentem alguém. Este funcionamento leva os parceiros a experimentarem um sentimento profundo de falta, que nutre desesperança e raiva mútua, originados da impossibilidade de se encontrar consigo mesmo. Estes casais caem numa total estagnação, reduzindo, muitas vezes, a relação a uma convivência destrutiva, que não permite aos parceiros nem mesmo saídas individuais (Carneiro, 1994).

Quando uma interação conjugal se desequilibra tanto em direção ao pólo da individualidade como ao pólo da conjugalidade, cresce a ansiedade no sistema conjugal.

Quanto mais a interação se dirigir para os extremos de cada dimensão, maior será a ansiedade experimentada pelo casal. Tendo em vista que a ansiedade corroe o sentimento de bem-estar e que as pessoas agem automaticamente por caminhos elaborados para diminuí-la, os membros do casal, ao perceberem o aumento de ansiedade no relacionamento, vão sentir-se impelidos a desenvolver ações para reduzir ou impedir o seu aumento, diminuindo, assim, a flexibilidade do relacionamento (Kerr & Bowen, 1988).

Kerr e Bowen (1988) identificam algumas formas de os casais se organizarem para lidar com o desequilíbrio das dimensões de individualidade e conjugalidade e com o aumento de ansiedade. A primeira delas é mantendo um certo afastamento físico e restrições no envolvimento emocional dos cônjuges, desenvolvendo uma interação distante; outra forma seria o cônjuge aliviar a ansiedade do outro abrindo mão de um pouco de sua individualidade em prol da conjugalidade para manter a harmonia da relação; há ainda aquele modelo em que os cônjuges se mostram impenetráveis, inflexíveis às pressões do outro em pensar e fazer as coisas ao seu modo, caracterizando o relacionamento como desarmônico e criando uma distância emocional entre os cônjuges: e, por fim, existe aquele modelo em que um dos cônjuges se anula completamente para se adaptar ao funcionamento do outro, criando uma relação assimétrica em que um dos cônjuges se sente desvalorizado e o outro fica mais confiante em seu ponto de vista.

À medida que os indivíduos evoluem no seu processo emocional, são menos dominados pela emoção e podem participar de relacionamentos mais equilibrados, usando o diálogo como a principal ferramenta para chegar ao equilíbrio interacional (Bowen, 1991).

A violência conjugal é tida como uma forma de interação disfuncional do sistema familiar. Casais que fazem uso da violência estão em conflito conjugal explícito, caracterizado por oposição constante e sistemática de um integrante do casal com o outro. É um conflito sem saída aparente, marcado por rupturas de duração breve, por contínuas ameaças de separação e por sucessivas reconciliações; uma relação conjugal, sujeita a oscilações, dominada pela impossibilidade tanto de estar juntos como de se separar. O vínculo insatisfatório e o conflito perduram pela expectativa que cada um tem de modificar o outro e fazer com que o outro se "renda" (Perrone, 2007).

A legitimidade de abordar a violência em conexão com a família numa fase específica do ciclo de vida parece relevante, tendo em vista que grande parte dos estudos não leva em consideração as repercussões dos períodos críticos do ciclo vital. O fato de não considerar as especificidades de cada etapa de uma família, negligencia as mudanças que ocorrem a partir das exigências de cada fase e que, por consequência, geram novas dinâmicas interacionais na família. Neste estudo temos a intenção de focar o período conhecido como "família com filhos pequenos", tentando compreender como as mudanças que ocorrem neste período específico repercutem na dinâmica interacional do casal e se eles se utilizam da violência ou não.

O Ministério da Saúde (Brasil, 2002) reconhece a importância de os estudos sobre a violência serem norteados pelas noções de ciclo vital, que determina a atenção de acordo com as necessidades de cada estágio. Segundo o material sobre violência intrafamiliar desenvolvido pelo ministério, a atenção aos aspectos biopsicossociais pertencentes a cada etapa do ciclo de vida representa a compreensão do fenômeno em uma lógica mais abrangente que reconhece os fatores do meio como participantes no desenvolvimento da problemática.

Compreender a violência conjugal na fase da família com filhos pequenos é tentar entender este fenômeno em uma fase de mudanças significativas nas interações conjugais, pois neste momento a relação deixa de ser dual para se tornar triangular. O casal se vê testado na sua capacidade de manutenção do equilíbrio da dinâmica interacional conjugal, mantendo ou não o equilíbrio entre os pólos de individualidade e conjugalidade. Quando os casais não conseguem ajustar este equilíbrio, lançam mão da violência, que passa a ser um mecanismo regulador da distância do casal (Rosen, Bartle-Haring, & Stith, 2001).

A escolha da fase do ciclo vital de famílias com filhos pequenos se dá por ser esta tida como a crise previsível mais difícil para a família. Após o nascimento do primeiro filho, as exigências de mudança são tantas que, muitas vezes, o casal não tolera e acaba se separando (Carter & McGoldrick, 1995). A maior exigência está concentrada na passagem de interações diádicas para triádicas. Com a entrada de um novo membro, surge uma dimensão desconhecida à interação, viabilizando alianças, além de uma nova relação de inclusão-exclusão (Andolfi & Saccu, 1995). A ansiedade aumenta no sistema familiar; a crise se instala e, frente a ela, surgirão padrões de interação novos, mais ou menos saudáveis.

Para casais cujo vínculo caracterizava-se mais como de fusão do que intimidade, a chegada de um filho acionará o triângulo na família nuclear, a aproximação de um cônjuge com o filho é tida pelo outro excluído como uma ameaça para a sua aproximação e relação com o companheiro (Haley, 1989). Por outro lado, o cônjuge que assume uma relação de extrema ligação com seu filho pode estar utilizando-o como uma tentativa de preencher um espaço vazio criado por uma perda de um relacionamento anterior ou, ainda, por uma falta de intimidade conjugal, e este funcionamento pode sobrecarregar o relacionamento pais-criança (Carter & McGoldrick, 1995).

Como foi visto, a chegada do filho inaugura a etapa conhecida como "família com filhos pequenos". É neste momento que grandes transformações ocorrem no sistema relacional, ao criar novas oportunidades e novas fontes de perigo. O enfrentamento das dificuldades peculiares a esta etapa do ciclo vital criará modificações na interação conjugal, estabelecendo uma reorganização da individualidade e conjugalidade deste casal.

OBJETIVO

O presente estudo pretende investigar a dinâmica interacional de casais na fase conhecida como "famílias com filhos pequenos" (Carter e McGoldrick, 1995), identificando de que forma as dimensões de individualidade e conjugalidade se apresentam e como estão relacionadas com a violência na relação conjugal.

MÉTODO

Foi realizado entrevista com cinco casais unidos por matrimônio ou por união estável que coabitavam há pelo menos um ano e que tinham apenas um filho. Os bebês estavam com idades entre 12 a 36 meses e os pais, com mais de 20 anos.

A presente pesquisa utilizou o delineamento de estudo de caso coletivo (Stake, 1994). O objeto da pesquisa não são os casos em si, mas é o material que cada um deles fornece no entendimento do fenômeno estudado, isto é, a interação conjugal e o uso da violência.

A seleção dos casais foi feita através dos dados obtidos pela entrevista de seus dados demográficos. Após a seleção dos casais, foi realizado uma entrevista semi-estruturada (Veroff, Sutherland, Chadiha e Ortega, 1993 e adaptado por Lopes e Castoldi, 1998). Ao longo da narrativa dos casais, a pesquisadora introduzia questões sobre os temas: namoro, casamento, brigas, ciúmes, sexo, violência, gestação, nascimento do filho, rotina e expectativas para o futuro. Após a entrevista, foi realizada

a montagem do genograma da família (McGoldrick & Gerson, 1985), A pesquisadora propunha que cada cônjuge descrevesse a sua família de origem, número de membros e parentesco até duas gerações anteriores. Além de descrever a configuração familiar, a pesquisadora introduzia algumas questões de relacionamentos (mais próximo, conflitivo, com uso de violência) e sobre episódios que teriam sido marcantes (acidentes, violência intrafamiliar, uso de álcool e drogas, encarceramento).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os casais deste estudo apresentaram uma interação em que se sobressai a dimensão da individualidade em relação à conjugalidade. Este funcionamento com predominância da individualidade parece criar uma certa distância entre os cônjuges. Os indivíduos passam a se mostrar descontentes com a relação conjugal, e isto fica evidenciado principalmente nas falas das mulheres, que apresentam várias queixas, denunciando o esvaziamento da conjugalidade. Esta falta de equilíbrio, faz com que às pessoas se mostrem menos tolerantes e mais reativas uma à outra, direcionando o relacionamento para uma mudança de maior ou menor envolvimento. As expectativas passam a ser mais influenciadas por necessidades infantis do que pela cooperação existente. Existem mais reclamações, mais indagações sobre os direitos violados, e mais conversas sobre como o relacionamento deveria ser. A percepção de um apego restrito provoca ansiedade como resposta, e esta ansiedade, ao invés de ser processada, passa a ditar os pensamentos, sentimentos e as ações das pessoas (Kerr & Bowen, 1988).

Percebe-se que na busca por maior intimidade e cumplicidade, surgem as discussões e, algumas vezes, até a violência física. A violência surge, então, como uma forma de conquistar mais intimidade entre os cônjuges quando o casal se vê absorvido pela situação e perde o controle das emoções (Bowen, 1991). A violência passa a ser reconhecida como a ansiedade expressa na relação, ou melhor, a ansiedade "atuada".

Nestes casais, a ansiedade ganha proporções importantes, gerando uma reatividade emocional exagerada, que é a violência conjugal.

Ainda que pareça contraditório, o uso da violência passa a ser um recurso utilizado para manter o relacionamento, pois este é um mecanismo desencadeado para regular a distância entre os membros do casal (Rosen; Bartle-Haring & Stith, 2001). Nos casais que estão com a dimensão da individualidade destacada, como nos casos do presente estudo, a violência surge para buscar uma aproximação maior, e nos casais em que a conjugalidade está aumentada a violência surge como uma forma de restituir o "eu" e o "tu", permitindo, então, a manutenção de um "nós"

Neste estudo, pode-se confirmar que a fase de família com filhos pequenos é um período de grande exigência para o casal. A entrada de um terceiro em uma relação dual desorganiza a dinâmica interacional existente, exigindo uma reorganização dos pólos da individualidade e conjugalidade. Dos cinco casais, três referiram ter enfrentado um período difícil do relacionamento conjugal após o nascimento do filho e três referiram ter utilizado a violência física. Estes dados sugerem que a entrada de um terceiro na relação conjugal pode representar uma grande ameaça, principalmente àqueles que apresentam reatividade emocional.

As mudanças que ocorrem com o rompimento da dinâmica interacional existente e a necessidade de reorganização desta dinâmica pela entrada de um terceiro, exigem flexibilidade do sistema conjugal. Quando os casais não conseguem restabelecer o equilíbrio na interação podem ficar mais suscetíveis ao uso de violência. Deve-se ressaltar que o equilíbrio entre as dimensões de individualidade e conjugalidade no relacionamento não é algo estático, mas sim um estado de equilíbrio dinâmico. A natureza dinâmica do equilíbrio é criada por um ajustamento contínuo do casal;

mudanças ocorrem minuto após minuto, dia após dia. Cada cônjuge monitora cuidadosamente o outro através de sinais de mudança, sinais de “pouco” ou “muito” envolvimento (Kerr & Bowen, 1988).

Neste estudo, quatro dos cinco casais apresentaram o uso da violência física e todos manifestaram fazer uso da violência psicológica e verbal na relação. Tentando entender o uso da violência na interação conjugal das famílias com filhos pequenos, constatamos o predomínio da individualidade na interação do casal. Podemos pensar que as especificidades deste período podem provocar um desequilíbrio nas dimensões de individualidade e conjugalidade e ativar um modo de funcionamento com menor controle das emoções, que os leva a usar a violência como reguladora de distância para restabelecer o equilíbrio. Apenas um dos casais estudados parece conseguir estabelecer uma interação sem utilizar a violência, e este mesmo casal revela em sua entrevista o equilíbrio nas dimensões de individualidade e conjugalidade, ou seja, vimos que existe uma relação entre a dinâmica interacional do casal e o uso da violência. Este mesmo casal foi o único que apresentou em sua entrevista a preservação de um tempo e espaço para o convívio apenas do casal.

O fato de os casais aqui estudados apresentarem a dimensão da conjugalidade diminuída está previsto na literatura, pois nesta etapa de vida o casal está envolvido com o cuidado com o filho, trabalho e administração da vida doméstica (Carter & McGoldrick, 1995), diminuindo o espaço para a intimidade e o diálogo privado. Talvez uma forma de não entrar neste funcionamento, cujos aspectos individuais estão se sobressaindo aos conjugais e em que o casal se vê lançado a utilizar a violência para manter a relação, seja investir em um espaço onde o casal possa desenvolver a intimidade e a cumplicidade e, conseqüentemente, reforçar o pólo da conjugalidade. Entretanto, no universo estudado parece ficar difícil a criação de um espaço conjugal,

por outras necessidades ganharem prioridade, como as financeiras. Os casais que participaram deste estudo fazem parte de uma classe social menos favorecida, que se caracteriza por um envolvimento muito grande com o trabalho de pelo menos um dos cônjuges. Este envolvimento impede que se crie um espaço de dedicação às relações familiares e às relações conjugais, colocando as questões práticas e de sobrevivência acima das questões emocionais e de qualidade de relacionamento.

Gostaríamos ainda de levantar a questão da violência como um padrão de interação que se mantém geração pós-geração. Neste estudo, todos os casais tiveram experiência de violência psicológica e física em suas famílias de origem, seja como observadores da violência na relação conjugal dos pais, seja como vítimas da agressão dos pais. Parece que no universo em que realizamos o nosso estudo, classe média baixa, a violência é tida como um recurso aceito. Esta influência do meio acaba por permitir a perpetuação da violência, pois não exige dos indivíduos o desenvolvimento de recursos mais evoluídos. Entendemos que a violência nasce no seio familiar como um padrão de interação entre os membros do casal e da família e se mantém, ou ganha força, quando a sociedade mais ampla não questiona esta conduta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, pode-se compreender a violência através de uma perspectiva interacional, ou seja, como um comportamento que surge a partir de um desequilíbrio na interação conjugal. A violência surge para regular a distância do casal quando a dinâmica interacional, definida em termos das dimensões de individualidade e conjugalidade, se desequilibra, favorecendo um dos pólos.

Pôde-se confirmar a etapa de famílias com filhos pequenos como sendo de extrema exigência, a partir do momento que introduz uma mudança significativa no

sistema conjugal, ao acrescentar mais um membro, transformando a relação conjugal de dual para triangular (Andolfi & Saccu, 1995; Haley, 1989), gerando uma reorganização da dinâmica interacional, dentro das dimensões de individualidade e conjugalidade.

Sem dúvida, pesquisas futuras com o uso de abordagens teóricas que contemplem a questão do desenvolvimento e a perspectiva interacional viriam a contribuir enormemente na compreensão da violência conjugal. Entre estas futuras pesquisas, sugerimos investigar aspectos do desenvolvimento individual de cada um dos membros do casal e, em especial, o nível de diferenciação do self, relacionando este com o uso da violência na interação conjugal. Este aspecto não pôde ser explorado no presente estudo. Seria interessante, investigar em que medida a preponderância da individualidade, observada nestes casais, e o uso da violência estão relacionados a um nível mais baixo de diferenciação do self. Para Bowen (1991) é a diferenciação do self que permitirá a estes indivíduos estabelecer intimidade e cumplicidade na relação conjugal sem ter a individualidade ameaçada.

Uma outra questão a ser levantada é a de que uma melhor compreensão da dinâmica interacional do casal, no equilíbrio das dimensões de individualidade e conjugalidade, poderia ser alcançada em um estudo longitudinal, pois este nos permitiria acompanhar o funcionamento do casal antes e depois dos filhos, dando acesso também às principais mudanças nesta transição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvim, S.F. & Souza, L. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. Psicologia: Teoria e Prática, 7:171-206.

Andolfi, M. & Saccu, A. (1995). O casal em crise. São Paulo: Sumus.

Barreto, A.C.; Bucher-maluschke, J.S.N.F.; Almeida, P.C.; DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. Psicologia: Reflexão e Crítica, 22:86-92

Bowen, M. (1991). De la familia al individuo: La diferenciación del si mesmo en el sistema familiar. Buenos Aires: Paidós.

Brandão, E.R. (2006). Renunciando de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. PHYSIS: Revista Saúde Coletiva, 16: 207-231.

Brasil (2002). Ministério da Saúde - Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde.

Carneiro, T.F. (1994). Terapia de casal: Um estudo sobre a manutenção e ruptura do casamento. Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, 2, 475-486.

Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre, Artes Médicas.

Couto, M.T. Schraiber, L.B.; D'Oliveira, A.F.P.L. & Kiss, L.B. (2007) Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher. Cienc. Saúde Coletiva, 11:1323-1332.

Dantas-berger, S.M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: Invisibilidade e banalização da violência sexual? Cadernos de Saúde Pública, 21:417-425.

Dias, A.R. & Machado, C.(2008). Gênero e violencia conjugal – uma relação cultural. Análise Psicológica. 26 (4), out.

Falcke, D. (2006). Filho de peixe, peixinho é: a importância das experiências na família de origem. Colóquio, 3:83-97.

Falcke, D.; Oliveira, D.Z.; Rosa, L. W. & Bentancur, M. (2009) Violência conjugal: um fenômeno interacional. Contextos Clínicos. 2(2): 81-90.

Garcia, M.V.; Ribeiro, L.A.; Jorge, M.T.; Pereira, G.R. & Resende, A.P. (2008). Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 24: 2551-2563.

Guedes, R. N.; Silva, A. T. M. C. ; \Coelho, E.; Silva, C.C. da & Freitas, W. (2007) A violência conjugal sob o olhar de gênero: dominação e possibilidade de desconstrução do modelo idealizado hegemônicamente de casamento.(versão eletrônica), 6 (3).

Grosman, C., Mesterman, S. Adamo, M. (1989). Violencia en la familia. Buenos Aires: Editorial Universidad.

Grossi, M.P. (2008). Violência, gênero e sofrimento. In: Rifiotis, T.; Rodrigues, T.H. (organizadores) (2008). Educação e direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Editora da UFSC, p.121-134.

Haley, J. (1989). Terapia no convencional: Las técnicas psiquiátricas de Milton Erickson. Buenos Aires: Amorrortu.

Kerr, M. & Bowen, M. (1988). Family evaluation. New York: W.W. Norton & Company.

Lamoglia, C.V.A. & Minayo, M.C.S. (2009). Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: Estudo em uma delegacia do interior do Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva, 14:595-604.

Lima,D.C.; Buchele, F. & Clímaco, D.A. (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. Saúde Soc, 17 (2).

McGoldrick, M. & Gerson, R. (1985). Genograma en la evaluation familiar. Buenos Aires: Gedisa

Mendlowicz, M. & Figueira, I. (2007). Transmissão intergeracional da violência familiar: o papel do estresse pós-traumático. Revista Brasileira de Psiquiatria, 29:88-89.

Miranda, M,P,M., De Paula, C.S. & Bordin, I.A. (2010). Violência Conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto mediato na saúde, trabalho e família. Rev. Panam. Salud Pública, 27 (4), 300-308.

Ministério da Saúde. (2007). Manual dos Comitês de Mortalidade Materna. Recuperado em 6 novembro, 2011, de bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comites_mortalidade_materna_3ed.pdf

Nichols, M. P. & Schwartz, R.C. (1998). Terapia familiar: Conceitos e métodos. Porto Alegre: Artes Médicas.

Oliveira, D.C. & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal concepções de psicólogos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 6:34-50.

Perrone, R. & Nannini, M. (2007). Violencia y Abusos Sexuales en la Familia. Buenos Aires, Paidós.

Rio Grande do Sul (2003). Secretaria da Saúde. Núcleo de Informações em Saúde. Estatística de saúde; Mortalidade 2002. Porto Alegre: Secretaria Estadual de Saúde.

Rosen, K., Bartle-Haring, S. & Stith, S. (2001). Using Bowen theory to enhance understanding of the intergenerational transmission of dating violence. Journal of Family Issues, 22 (1), 124-142.

Sager, (1980). *Contrato matrimonial y terapia de pareja*. Buenos Aires: Amorrortu.

Salari, S. & Baldwin, B. (2002). Verbal, physical and injurious aggression among intimate couples over time. Journal of Family Issues, 23 (4), 523-550.

Schafer, J. & Caetano, R. (1998). Rates of intimate partner violence in the United States. American Journal of Public Health, 88 (11), p. 1702.

Schraiber, L.B.; Gomes, R. & Couto, M.T. (2005). Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. Ciência e Saúde Coletiva, 10:7-17.

Stake, R. (1994). Case Studies. Em N. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.). Anais do I Handbook of Qualitative Research. Londres: Sage.

Veroff, J., Sutherland, L., Chadiha, L. & Ortega, R. (1993). Newlyweds tell their story: A narrative method for assessing marital experience. Journal of Social and Personal Relationship, 10, 437-457.

Whitaker, C. & Bumberry, W.M. (1990). Dançando com a família. Porto Alegre: Artes Médicas.